



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; PDT – 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Mala de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 36.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Zuk.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Dalton Machuca, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Servo e Renato Adur (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 145/94, Mens. nº 039/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a dilação do prazo de carreira do MPES.

Curitiba, terça, em 03.05.94

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 322/93, de autoria do Deputado João Preis, que isenta de ICMS estadual para compra do carro popular, da Ordem do Dia de hoje, por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do senhor Joel Maior, ocorrido dia 29 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa - PR.

O senhor Joel era muito estimado, tinha muitas amizades, e com certeza amigos e parentes sentirão sua falta.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, pelo fone (0422) 23-2344, à Rua Coronel Solano, 290 - Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da senhora Aracy Palu, ocorrido dia 28 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa - PR.

Pessoa muito estimada, religiosa, com certeza amigos e parentes sentirão sua falta.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Egídio Doná, 264 - Vila São Luiz - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do senhor Miguel Sallum, ocorrido dia 02 de maio do corrente, na Cidade de Ponta Grossa.

O senhor Miguel era um comerciante muito bem conceituado, e que muito fez pe-

lo Município de Ponta Grossa. Estudioso e desportista, colaborou com clubes da cidade, bem como com as entidades.

Sua participação no setor esportivo fez dele uma pessoa importante para os clubes desportivos da cidade.

Com seu falecimento, causará profundas saudades, não somente aos parentes, mas sim aos amigos Ponta-grossenses que um dia tiveram a oportunidade de conhecer o senhor Miguel.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, em nome de seus filhos: Yazid, Nassima, Samira, Marli, Marlene, Sandra, Miguel e Leila, vem como aos netos, bisnetos e demais familiares, à Rua Dr. Colares, 354 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à Família Onesko, pelo passamento do Senhor Antonio Onesko, ocorrido em Irati, no dia 22.04.94.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à Família Koppe, pelo passamento do senhor Carlos Koppe, ocorrido em Irati, no dia 24.04.94.

Falece aos 80 anos de idade, um dos filhos mais importante; contribuiu sobremaneira para o progresso do Município de Irati. Comerciante aposentado, foi militante do Seminário Mãe de Deus e militante das Vocações Sacerdotais. Deixou esposa, quatro filhos e netos.

Ficará sem dúvida boas lembranças em nossos corações. À família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão, votos de congratulações e manifestações de regozijo pela passagem do 119° aniversário de Jaguariaíva, expressões essas que atribui às pessoas do Exmº. Sr. José da Silva

Reis, DD. Prefeito Municipal, ao Ilmo. Sr. Marconi Ferreira de Barros, MD. vice-Prefeito, ao Exmº. Sr. Dr. Francisco Cardozo Oliveira, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca, a Ilma. Sra. Dra. Rosane CIT, MD. Promotora de Justiça, ao Exmº. Sr. Vereador José Marcos Pessa Filho, DD. Presidente da Câmara Municipal, ao Ilmo. Sr. Vereador Jarbas Antonio Fonseca Martins, MD. vice-Presidente da Câmara, ao Ilmo. Sr. Aparecido João Ceuz, MD. Primeiro Secretário da Câmara, ao Ilmo. Sr. Anacleto Spelino, MD. Segundo Secretário da Câmara e demais ilustres Vereadores, integrantes daquela colenda Casa de Leis: Ziemer Batista da Cruz, Elvira Ligia de Barros Sasdelli, Pedro Imar Mendes Prestes, Pedro Moreira da Silva Neto e Valdemar Pinto Mendes.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades, através da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ensejando o significativo acontecimento que marca a 05 de maio de 1994 as comemorações alusivas ao 119° Aniversário do Município de Jaguariaíva, não poderia, este parlamentar deixar de registrar nesta Casa parte de sua história, cuja essência pela riqueza de fatos e heroísmo daqueles que a ela se integram, confunde-se à própria história do Paraná.

Jaguariaíva, uma das primeiras cidades fundadas ao Norte Pioneiro do Estado, tem um rica história. A primeira aglomeração aconteceu por ser o caminho dos tropeiros que levavam o gado até a cidade de Sorocaba. No ano de 1823, através de alvará de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro I, a Fazenda de Jaguariaíva é elevada à condição de Freguesia, no dia 15 de setembro. Em 24 de abril de 1875, a Freguesia de Jaguariaíva é elevada à condição de Vila, pela Lei Provincial n° 423. A Lei Provincial n° 585 cria a Comarca em 16 de abril de 1880. Entretanto, em nove de dezembro de 1882, a Lei Provincial 717 faz com que a Vila de Jaguariaíva retorne à categoria de Freguesia, extinguindo também a Comarca.

Dez anos depois, em 21 de maio de 1892, a Lei n° 15 eleva Jaguariaíva à condição de Município, e a Comarca é restaurada em 15 de abril de 1907. No ano seguinte, em 05 de maio de 1908, a Sede do Município é elevada à categoria de Cidade. Jaguariaíva é hospitaleira e cordial e, por isso, a presente proposta é a expressão autêntica de nosso regozijo e contentamento e que aqui queremos compartilhar com aqueles que, de uma forma ou de outra, pela labuta e esperança, fizeram de

Jaguariaíva a sua terra-mãe, aos quais hoje rendemos a nossa homenagem.

Parabéns, Juaguariaíva!

REQUERIMENTO N° 1068

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Exmo. Sr. Nelson Theodoro Fenker, Prefeito do Município e Exmo. Sr. João Orestes Fenker, Presidente da Câmara Municipal, pela passagem de mais um aniversário daquele progressista Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Imbituva foi criada em 03 de maio de 1870, completando, portanto, seus 124 anos.

Possui uma população acima de 26 mil habitantes e seu eleitorado acima de 16 mil eleitores.

Conta em sua infra-estrutura com 65 escolas de ensino de 1º Grau, entre a zona rural e urbana, e 02 escolas de nível secundário, além de uma Biblioteca Pública Municipal.

O Município está servido de dezenas de estabelecimentos comerciais, bancários, mas a indústria têxtil encontra-se em grande expansão, sendo sua segunda economia, precedida pela agricultura, atividade fundamental à economia do Município.

Santo Antonio é o padroeiro do Município, comemorado no dia 13 de junho, com missa solene e grande festa.

Por ser um Município próspero, com uma população ordeira e trabalhadora, queremos neste dia, render nossas homenagens.

Parabéns, Imbituva!

REQUERIMENTO N° 1058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Borato.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento

Curitiba, terça, em 03.05.94

de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Parque do Café.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Jardim Europa.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Vilela.

A Vila acima referida necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Cipa.

A Vila acima referida necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de uma creche no Distrito de São Geraldo, no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Mauro Goulart, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de uma ambulância à Prefeitura Municipal de Imbituva.

Tal pleito se prende ao fato, de que o Município está atualmente sem ambulância, efetuando o transporte de pessoas enfermas, através de veículos com enormes sacrifícios, que agravam o estado de saúde dos pacientes.

Sala das Sessões, em 03.05.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1070

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente, via fax, aos senhores presidentes e líderes partidários da Câmara Federal dos Deputados e Senado Federal, solicitando a punição do Deputado Federal Ricardo Fiúza, pelo seu envolvimento no processo de corrupção analisado pela CPI do Orçamento.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Estamos passando por um período no Brasil, muito importante para resgatar a moralização nas esferas do Poder Legislativo e Executivo em nosso País.

A absolvição do Deputado Federal Ricardo Fiúza pela Comissão de Constituição

e Justiça, vem aumentar o descrédito da população perante os Parlamentares, por isso é preciso que haja punição do Deputado Federal Ricardo Fiúza e de outros que foram acusados na CPI do Orçamento, resgatando assim a ética na política.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 149/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Embu-guaçu e Morro da Cocada, com sede e foro no Município de Paranaguá - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro dos problemas sociais existentes em todos os municípios do nosso Estado, onde é necessário dar uma assistência integral às famílias carentes, foi idealizada a Associação dos Moradores do Embu-guaçu e Morro da Cocada, que nesses anos todos, desde a sua fundação, realiza um trabalho de atendimento a aproximadamente 50 a 60 famílias, prevalecendo nesses atendimentos, a listagem dos mais carentes.

Ainda participamos mensalmente junto às escolas, em número de 03, no bairro, ajudando com verduras e outros materiais, na elaboração de uma merenda escolar mais nutritiva e buscando nas residências mais pobres, que os irmãos menores que não estudam mas precisam se alimentar, vão diariamente a essas escolas.

Os resultados obtidos demonstram perfeitamente que toda a comunidade está satisfeita, e a apresentação desse projeto de lei, qualifica a entidade a obter maiores recursos para a sua manutenção.

PROJETO DE LEI Nº 150/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Novo Amparo, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.94.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães do Conjunto Habitacio-

nal Novo Amparo, que ora pretende ser declarado de Utilidade Pública, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional. Fundada em 15 de setembro de 1985, com Inscrição sob nº 1.520, de 10.10.86, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Comarca de Londrina, neste Estado.

A entidade tem por finalidade: criar condições de participação e promoção de mães e mulheres; estudar e identificar os problemas comuns que envolvem as mulheres, adolescentes e seus familiares; levantar alternativas de ação; e executar programas sociais de seus moradores, visando a melhoria da qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo expediente, nem Oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

No horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhora e

Senhores Deputados, nós temos acompanhado o que ocorre em nível de política nacional e o "nós" que eu quero dizer, é o "nós" de toda a população brasileira. Foi dos últimos tempos para cá, que a população de uma maneira geral, começou a obter maiores informações, começou a acompanhar realmente o que ocorre na política e isto aumentou o nível de consciência desta população e como que abrindo os olhos, começou a enxergar fatos que há anos ocorrem no Brasil e a CPI do PC Farias contribuiu muito para isso, que acabou envolvendo o ex-Presidente Collor de Melo e mostrou o emaranhado de corrupção que envolvia o Poder Executivo. Conscientemente a população foi à rua e cobrou dos deputados, senadores, para que votassem pela cassação do Presidente Collor e mais, aprovassem um relatório da CPI do PC Farias, o qual tramita hoje na Justiça e que infelizmente, a Justiça brasileira, muito lenta que é, ainda não colocou definitivamente uma pedra sobre aquela situação, punindo os responsáveis, no caso, todos os nomes arrolados, como PC Farias, Fernando Collor, Rosane Melanias e tantos outros que lá são citados.

Mal passa essa avalanche, vem à tona, a questão da CPI do Orçamento no Congresso Nacional e o Congresso Nacional, por boa parte dos seus parlamentares, grande parte honestos, e com ética, não querendo levar a pecha que todo Congresso age irregularmente, instituiu e constituíram uma Comissão Parlamentar de Inquérito chamada CPI do Orçamento, e ali demonstrou uma série de irregularidades e de corrupções, também aprovando um relatório. Pena que este re-

relatório aprovado, tornou-se limitado no tempo e limitado na questão de quem deveria ser punido, porque ali, ao descobrir o envolvimento das empreiteiras, essa CPI tinha que avançar mais e mais, rumo à apuração e punição dos responsáveis dessas empresas, como agente corruptor destes corrompidos congressistas brasileiros. A CPI, afinal, chega ao seu final e indica um número de parlamentares envolvidos. E são vários esses parlamentares. Esse relatório vai à CCJ da Câmara dos Deputados e lá, corretamente feito por sorteio, indicou-se os relatores. Digo, corretamente, para não dizer que este ou aquele relator ele tinha a intenção já anterior de indicar, de aprovar a cassação de alguém. Digo que por sorteio, para não dizer que foi escolhido inimigo pessoal deste ou daquele parlamentar. E foi o caso assim para com todos os indicados.

Na semana passada, para grande decepção dessa população consciente e como que uma afronta a todos os cidadãos brasileiros. Apesar de todos os indícios que indicavam que o Deputado Ricardo Fiúza, tem envolvimento com a corrupção, houve uma aliança entre vários parlamentares, houve uma aliança entre partidos para que Fiúza não tivesse aprovado o relatório no qual indicava a sua cassação. Isso foi uma afronta para a sociedade. Basta apenas lermos nos jornais para verificarmos que todos os grandes articulistas políticos deste País cobram a punição. Esses articulistas indicam que podem agora acontecer duas coisas: um acordo para que também Ibsen Pinheiro não seja punido, apesar dos indícios, no princípio, e provas no final que foram indicadas no relatório de envolvimento desse Deputado.

Nós achamos que esta Casa não pode ser omissa neste momento, tem que tomar posição política a respeito desse fato ocorrido na CCJ da Câmara Federal. Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores, damos entrada num requerimento pedindo que se envie aos líderes partidários e ao Presidente da Câmara e do Senado, a nossa indignação. O nosso pedido para que os Deputados em plenário, agora, atenda os anseios de todos os cidadãos brasileiros e que não deixe, sem punir, aquele cuja CPI provou a irregularidade, apresentando dezenas de emendas ao Orçamento, após ele ter sido aprovado em plenário no Congresso Nacional.

Isto é muito sério. Um único parlamentar altera um relatório e anexa emendas na qual favorecia empreiteiras e favorecia os seus apaniguados políticos. Por isso que nós apresentamos este requerimento e desejamos vê-lo aprovado por esta plenária. Para demonstrar que os Deputados estaduais do Paraná não estão surdos aos anseios da população e não estão cegos para não en-

xergar as irregularidades citadas naquela Comissão. É assim que nós do PT pedimos a aprovação deste requerimento.

O Sr. Nilton Barbosa - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Gostaria de parabenizar V.Exa. pela manifestação que faz. Até porque, no percorrer a nossa Região, nós estamos presenciando no povo da Região Noroeste, enfim, porque não dizer o povo do Paraná e do Brasil, essa brincadeira que estão fazendo no Congresso Nacional. Quando uma CCJ - a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, inocenta Ricardo Fiúza, já há também a perspectiva de que irão inocentar Ibsen Pinheiro. Isto cada vez mais denigra a classe política, razão pela qual eu me somo ao manifesto de V.Exa. e parabeno.

O DR. ROSINHA - Obrigado, Deputado Nilton Barbosa.

Acredito que todos os Parlamentares, assim como Vossa Excelência que tem saído um pouco às ruas tem esta mesma preocupação de ver que alguém foi acusado e provado de corrupção continue impune.

Por isso que nós pedimos, em nome do PT, o apoio dos Senhores Deputados ao nosso requerimento.

O Sr. Nilton Barbosa - Tem o apoio da Bancada do PP.

O DR. ROSINHA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Honorário das Lideranças: PDT, PMDB - (Declinam).

Atendendo solicitação do Deputado Geraldo Cartário anunciamos a presença dos Vereadores de Mandirituba: João Mendes, Lauro Barbosa, Ataíde Ferreira e Vilson dos Santos.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) -

Antes de V.Exa. colocar em votação a pauta da Ordem do Dia da Sessão de hoje, eu solicitaria a V.Exa. que informasse por que razão não consta da Ordem do Dia os Pareceres correspondentes ao item 5º - Da nova redação ao artigo 2º da Lei 10.534 de 30 de novembro de 1993?

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Os

Pareceres não foram devidamente publicados, nobre Deputado, mas encontram-se anexados ao projeto e nós solicitamos, iremos solicitar no momento da discussão da matéria que seja feita a leitura dos mesmos Pareceres para que o Plenário tome conhecimento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Nós é que agradecemos. Encerrada a Hora do Expediente.

Passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/92, que cria atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, regulamentando inicialmente o seu atendimento. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 115 de 13.08.92).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 003/94, que aprova o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Estado do Paraná. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 21 de 19.03.94).

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/93, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que autoriza a realização de plebiscito para consulta à população sobre a criação do Município de Serranópolis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Analisando a Emenda de Plenário nº 01, que dá nova denominação ao pretense Município de Serranópolis, para Serranópolis do Iguaçu, conforme autoriza a realização de plebiscito o Projeto de Resolução nº 023/93, esta vem de conformidade com a determinação do I.B.G.E. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo que o topônimo Serranópolis já domina unidade político-administrativa no País.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

Curitiba, terça, em 03.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Apoioamento: José Arthur Ritti, João Iensen, Dalton Machuca, Costenaro Neto, Cafeto Quintana, Colombino Grassano Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ernani Pudell, Emilia Belinati, Djalma de Almeida César. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/93, de autoria do Deputado João Preis, que isenta de ICMS/Estadual para compra do carro popular, aos representantes comerciais autônomos, que se encaixam na categoria dos chamados "Caixeiros Viajantes". Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F.. (Publ. no D.A. nº 88 de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 322/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Preis, o Projeto de Lei nº 322/93, tem por finalidade isentar do ICMS/Estadual para a compra de carro popular, aos representantes autônomos, que se encaixam na categoria dos chamados "caixeiros viajantes".

Da análise do referido projeto, o mesmo é inconstitucional face ao que dispõe o art. 155 § 2º, XII "g" da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975 que dispõe:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei."

Diante do exposto, opinamos contrariamente.

Sala das Comissões, em 22.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 322/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 322/93, de autoria do Deputado João Preis, visa isentar do ICMS/Estadual para a compra de carro popular, aos representantes autônomos, que se encaixam na categoria dos chamados "caixeiros viajantes".

A Comissão de Constituição e Justiça ao analisá-lo, emitiu parecer desfavorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Em votação.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - A razão que nos faz entrar com esse requerimento, Senhor Presidente, é porque não está aqui o Deputado autor, nosso companheiro de Bancada, Deputado João Preis.

Como é um projeto polêmico, gostaríamos que o Deputado autor estivesse presente para assistir o encaminhamento de votação, ou discussão que seja necessária.

Por isso, estamos retirando por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento de adiamento por três Sessões. Srs. Deputados que aprovam o Requerimento permaneçam como estão. **Aprovado e retirado por três sessões.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 322/93.

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/94, que dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 10.534, de 30 de novembro de 1993, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 49 de 02.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 144/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 38/94, o Projeto de Lei nº 144/94, tem por finalidade dar nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.534 de 30.11.93 (através da qual o Poder Executivo está autorizado a contratar operações de crédito externo para financiamento do "Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná".

Da análise do referido projeto, em razão de não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 144/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através

da Mensagem Governamental nº 038/94, que objetiva dar nova redação ao art. 2º, da Lei nº 10.534, de 30 de novembro de 1993. (Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná).

A presente proposta já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, segue o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Pareceres favoráveis da C.C.J. e Finanças, que solicitamos seja dado conhecimento ao Plenário através do nosso 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Lê os Pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o Projeto nº 144/94.

Em votação.

Para encaminhar a votação, Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Estou surpreso,

Senhor Presidente, Senhores Deputados, com esta alteração do art. 2º da Lei nº 10.534 - como poderia estar surpreso com qualquer alteração da Lei nº 10.534, de 30 de novembro de 1993 - porque se o Senhor Governador do Estado está encaminhando uma alteração dessa Lei à Assembleia Legislativa, não entendo porque da realização, anteontem, de uma Sessão Solene no Palácio Iguazu, onde o Senhor Secretário da Educação, juntamente com o Senhor Governador do Estado e vários Parlamentares nesta Sessão Solene, já davam como líquida e certa a aplicação de recursos para um programa no setor educacional, justamente este que diz respeito à aplicação da Lei nº 10.534.

Ou o Senhor Governador já está adiantando, ou adiantou sobre a Lei nº 10.534, ou estamos votando uma matéria que já não teria razão de ser, uma vez que a aplicação de recursos, ou a liberação de recursos, ou a contratação desses empréstimos externos para o programa de educação, tudo isso já aconteceu e estamos apenas ratificando aquilo que o Governo já executou.

É apenas uma dúvida.

Votarei favoravelmente à emenda, porque o que houve levou a crédito de um ano eminentemente eleitoral, onde os espaços todos devem ser ocupados na mídia, e que, naturalmente o Senhor Governador aprovei-

tou a ocasião de anteontem para fazer um lançamento desse programa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Apenas para esclarecimento ao Deputado Colombino Grassano e aos demais que porventura alguma dúvida possuam a este respeito: a necessidade de modificação do art. 2º é apenas e tão somente para incluir a contra garantia ao aval da União, porque esta é uma exigência da Legislação Federal, e infelizmente quando da aprovação da lei anterior, não foi observada, e a urgência que está se dando essa matéria, é que na próxima quinta-feira estarão os integrantes da Secretaria de Educação reunidos com o Banco Mundial para os trâmites finais e as assinaturas do convênio e precisam dessa Lei, desse ajuste à Lei que já existe.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/94, de autoria dos Deputados Toti Colaço e Erondy Silvério, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a população decida sobre a criação do Município de Guamiranga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 17, de 14.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/94

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Toti Colaço e Erondy Silvério, o Projeto de Resolução nº 004/94, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a população decida sobre a criação do Município de Guamiranga.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza a realização de plebiscito, objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 17, de 14.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Resolução nº 005/94, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito, objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas que especifica.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1055 a 1062, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1063, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1064 a 1068, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1070, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1054, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs: 743/93, 043 e 057/94.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/93.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 056 e 144/94, e dos Projetos de Resolução nºs 004 e 005/94.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 069, 108, 114, 124 e 126/94.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Preis, Luiz Carlos Zuk e Élio Rusch. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 001/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 126/93. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 096/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 024/94. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 050/94, de autoria do Deputado José Arthur Ritti. Relator Deputado Luiz

Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 093/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 026/94. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 077/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 070/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 017/94. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
Wilson Penka - Secretário